

SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: nadando contra a corrente

SOCIALIZATION OF INFORMATION: going against the grain

José Mauro Matheus Loureiro¹

O que me consola é que todos somos assim. Bem limitados e condicionados pelos próprios olhos, dependentes uns dos outros. É trocando as experiências, numa conversa franca e humilde, que nos ajudamos mutuamente a enxergar melhor as coisas que vemos, e a romper as barreiras que nos separam sem razão. Pois ninguém é dono da verdade. Intérprete só.
Carlos Mesters
"Por detrás das palavras"

Resumo

Propõe a socialização da informação como uma das possibilidades de desenvolvimento da confluência e inter-relação não-hierarquizada de saberes dirigidas à transformação societal. Analisa os marcos embrionários da socialização da informação, enquanto especialidade da Ciência da Informação a qual vem buscando contribuir para a criação de espaços que favoreçam a concretização de aspirações e interesses coletivos a partir de abordagens de cunho participativo.

Palavras-Chave

**SOCIALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO
ENFOQUE PARTICIPANTE**

Apresentar a noção de **Socialização da Informação** implica descrever e aventurar-se em um território cuja cartografia de seus princípios constitutivos, fronteiras e marcos teóricos, metodológicos e práticos se encontram em construção.

1 A construção de uma especialidade

Inicialmente, Nora e Minc (1978, p. 123) propuseram entender a socialização da informação a partir da disponibilização de "[...] mecanismos através dos quais sejam geradas e se harmonizem as contradições e as liberdades", tendo em vista que as informações que alcançam as grandes massas populacionais são recebidas com reservas

¹ Professor Adjunto do Departamento de Estudos e Processos Museológicos/UNIRIO. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

por serem percebidas como oriundas de centros de poder e manipulatórias. Assim considerando, é imperativo que os destinatários

[...] estejam associados à sua elaboração, que os receptores sejam emissores e que as emissões tenham em conta as condições de recepção. Esta participação não será aceitável a não ser que os grupos antagonônicos sejam igualmente capazes de fabricar, tratar e comunicar sua própria informação (Id.).

No Brasil, a socialização da informação, como especificidade da Ciência da Informação, se configura especialidade cuja gênese se encontra nos estudos e análises empreendidas por Christovão e Braga (1994, p. 14) no âmbito da recuperação da informação e da comunicação científica e, é concebida

[...] não só como a 'tradução' da informação científica e tecnológica para o público em geral, mas principalmente como a construção, tratamento e divulgação da informação de diferentes tipos em parceria, ou seja, a partir da definição conjunta por parte de produtores e usuários, que aqui se con-fundiriam, de suas necessidades, e de quais seriam os caminhos (metodologias) mais adequados para atendê-los”

Guimarães e Silva e Marinho Junior (1996, p. 66), refletindo acerca da construção de um contexto comunicativo apropriado à socialização da informação a partir da 'Teoria da Ação Comunicativa' de Habermas, apontam para a pluralidade dos campos de saber implicados nesta especialidade. Quanto à tipologia da informação envolvida, ressaltam não importar seu *locus* originário, mas que seja síntese erigida a partir das contradições inerentes aos projetos coletivos. Faz-se, ainda, fundamental que esta informação não se configure apenas objetiva, mas que sua arquitetura seja de fácil transmissão e acesso permitindo sua crítica.

Cada grupo deve poder, a partir de suas dificuldades, elaborar uma conciliação de acordo com seus próprios projetos e que o debate traga soluções alternativas. As normas com as quais o grupo irá trabalhar são tiradas do mundo cotidiano, das vivências e experiências dos seus membros (Ibid., p. 47)

Possuindo “orgânica” função social, a socialização da informação constitui-se estratégia de ruptura com os cânones teórico-práticos que conformam a recuperação da informação e a comunicação científica. Trata-se, não mais da transferência hierarquizada de representações, interpretações e codificações unilaterais, mas, optando pela intertematicidade em lugar da interdisciplinaridade, de estruturar espaços e ações info-comunicacionais onde confluam heterogêneos atores sociais, saberes, “visões de mundo” na busca da concretização de objetivos coletivos e/ou individuais. Para além das visões tradicionais, a socialização da informação remete à construção, tratamento e divulgação da informação em regime de cooperação, parceria e solidariedade.

Estimulando a relação dialógica dos sujeitos e dos contextos sócio-culturais diversificados, a socialização da informação articula-se como alternativa à elitização da ciência e estimula a relação desta, enquanto cultura, com a sociedade em seu todo. Seus elementos estruturais e estruturantes, privilegiando a adoção de abordagens participantes em lugar do modelo positivista, ensejam a participação cooperativa, voluntária e solidária que, permeada por ações de conscientização, se dirige à contextualização e recontextualização permanentes da informação como instrumento da *práxis*.

2 Práxis e Socialização da Informação

Para o escopo deste estudo, importa considerar o conceito de *práxis* tal como concebido no interior do materialismo dialético, privilegiando a perspectiva sob a qual é instrumentalizado nas ações de socialização da informação.

O termo *práxis*, derivado do vocábulo grego *praxis* proveniente do verbo *prasso* que significa atuar, refere-se a toda a atividade humana concreta e se encontra em oposição ao vocábulo *teoria* o qual exprime uma abstração. Segundo Magalhães (1986, p. 957), o conceito de *práxis* passou por inúmeras modificações na órbita filosófica, adquirindo "[...] dinâmica conceptual própria, chegando mesmo a integrar os dois opostos etimológicos em um só conceito", isto é: teoria e *práxis*.

É a partir de Marx, como mostra Bornheim (1977, p. 322), que tem início um regime de desalienação da *práxis* que coincide com uma transformação no escopo metafísico da teoria. Enquanto a teoria encontra como seu horizonte apropriado o pensamento da finitude, a *práxis*, pela via da ação, incorpora finitude semelhante. Teoria e *práxis*, enraizadas na finitude, trazem em seu ser um caráter processual que "(...) é impensável sem os reiterados rascunhos que perseguem a 'prosa do mundo'" (Id.).

A *práxis* se dá no escopo de "[...] uma ação criticamente reflexiva e de uma reflexão crítica que seja baseada na prática" (GERHARDT, 1996, p. 169). Essencial no universo do materialismo dialético, a *práxis* compreende uma "[...] relação dinâmica entre a teoria e a prática, considerando-as dois opostos de uma mesma unidade" (MAGALHÃES, 1986, p. 957). Concebendo a *práxis* enquanto atividade prático-criativa, Marx (1984, p. 107) afirma:

A insuficiência principal de todo materialismo até os nossos dias (o de Feuerbach incluído) é a de a coisa (*Gegenstand*), a realidade, o mundo sensível, serem tomados apenas sob a forma de **objeto** (*Objekt*) ou da **contemplação** (*Anschauung*); mas não como **atividade humana sensível, práxis**, não subjetivamente (grifo do autor)

A avaliação do pensamento humano como verdade objetiva para Marx (Ibid., p. 108) não é uma indagação pertencente à teoria, mas à prática. A verdade se evidencia no solo da *práxis*, pois é nesta que os sujeitos podem "[...] comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno, do seu pensamento" (Id.).

Contemporaneamente, Kosik (1976) concebe a *práxis* em dois segmentos. No primeiro, a *práxis* se mostra utilitária e imediata conferindo aos seres humanos meios para sua existência no mundo e para o trato com as coisas, porém, isenta da faculdade de compreensão de tais elementos. Essa *práxis* estrutura-se na divisão do trabalho, na sociedade de classes e na hierarquização das posições sociais sendo, dessa maneira, unilateral, historicamente determinada e fragmentada.

No último segmento, a *práxis*, em sua essência e universalidade enseja o conhecimento do homem enquanto ser ontocriativo. Assim, não se restringe a um pólo oposto à teoria, mas determina a existência humana enquanto produção da realidade. Ainda que a *práxis* se apresente objetivação do ser humano, realização da liberdade e domínio da natureza, não deve ser interpretada como enclausuramento do ser humano "[...] no ídolo da socialidade e da subjetividade social: é a abertura do homem diante da realidade e do ser" (Ibid., p. 9).

Dentre os autores de linha marxiana que refletiram sobre as questões referentes ao conceito de *práxis*, Freire seria aquele que guardaria elos mais estreitos com a socialização da informação, enquanto especialidade da Ciência da Informação. Em sua obra, reconhece a realidade social e objetiva como fruto da ação humana e, assim, a transformação dessa realidade se constitui tarefa histórica que compete aos homens enquanto seres da *práxis*. Esta se configura como "[...] reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, [e] é fonte de conhecimento reflexivo e criação" (FREIRE, 1987, p. 92). Ação e reflexão não se dão em bases dicotômicas, mas simultaneamente, e direcionadas à transformação de estruturas, quer sejam cognitivas, culturais ou mesmo sócio-políticas.

Na obra freireana, a *práxis* não se confunde com o mero ativismo, mas constitui-se ação e reflexão dos homens sobre o mundo de modo a transformá-lo. Somente quando a relação dialética subjetividade-objetividade é submetida ao crivo da "[...] solidariedade, em que o subjetivo constitui com o objetivo uma unidade dialética, é possível a *práxis* autêntica" (Id.). A *práxis*, como transformadora da realidade, é "fonte de conhecimento reflexivo e criação" (Id.).

O fazer humano implica ação e reflexão e, portanto, configura-se *práxis*, transformação do mundo. Os seres humanos

[...] são seres da *práxis*. São seres do que fazer, diferentes, por isto mesmo, dos animais, seres do puro fazer. Os animais não 'ad-miram' o mundo. Imergem nele. Os homens, pelo contrário, como seres do que fazer 'emergem' dele e, objetivando-o, podem conhecê-lo e transformá-lo com o seu trabalho (Ibid., p. 121).

Para Freire, esclarece Torres (1996, p. 125), a possibilidade de construção e existência de uma consciência crítica ou consciência histórica, que não significa apenas um embate intelectual com a realidade, somente é possível nos quadros de um processo envolvendo ação-reflexão, ou seja, por meio da *práxis*. A consciência crítica caracteriza-se como a interpretação por parte dos atores sociais da realidade sócio-cultural e de suas capacidades de transformá-la através da relação dialética ação-reflexão, portanto, um entendimento a partir de uma abordagem praxiológica.

Dessa maneira, a *práxis* em Freire (op. cit., p. 38) é "[...] ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo" cuja ausência nos fazeres humanos não permite uma inserção crítica na realidade e, dessa maneira, não permite uma verdadeira transformação da realidade objetiva.

3 Paulo Freire: Como inspiração ou uma rota para a libertação

Conceitos e noções instrumentalizados por Freire em seu sistema pedagógico são empregados nas ações de socialização da informação, como especialidade da Ciência da Informação, de modo a subsidiar a horizontalidade orgânica de seus processos informacionais.

Segundo Fiori (1987, p. 9), a obra de Freire reflete o compromisso de alguém que "[...] não pensa idéias, pensa a existência" incorporando este pensar em uma pedagogia arraigada na totalidade da *práxis* humana para transformá-la em uma "prática da liberdade". Prática esta que somente a partir da reflexão o oprimido poderá "[...] descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica" (Id.). Assim, as proposições freireanas descortinam aos sujeitos a possibilidade de

constituírem e conquistarem "[...] historicamente, sua própria forma: a pedagogia faz-se antropologia" (Ibid., p. 10).

A socialização da informação, no âmbito da Ciência da Informação, assim como a pedagogia do oprimido, não se voltam a explicar a realidade aos sujeitos, mas a estabelecer com eles um diálogo voltado para a transformação conjunta desta realidade. Desse modo, se "[...] busca a restauração da intersubjetividade" (FREIRE, op. cit., p. 41). Importa considerar que a vida humana somente tem sentido e autenticidade na intercomunicação: "[...] os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo" (Ibid., p. 68).

Mostra-se essencial a dialogicidade na medida em que "[...] o diálogo é uma exigência existencial" (Ibid., p. 79). Diálogo, porém, não se restringe à mera troca de idéias, nem tampouco à inculcação de idéias de um sujeito no outro, posto que é "[...] o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado" (Id.). Nesta dialogicidade não há espaço para a auto-suficiência, nem existem sábios ou ignorantes, mas "[...] homens que, em comunhão, buscam saber mais" (Ibid., p. 81). Assim, semelhante à vertente freireana, o diálogo na socialização da informação faz-se relação horizontal.

O diálogo verdadeiro compreende um pensar verdadeiro, ou seja, pensar crítico que, ultrapassando a dicotomia mundo-homens, "[...] reconhece entre eles uma inquebrantável solidariedade" (Ibid., p. 82) e concebe a realidade como processo em contínuo devenir. A dialogicidade exige, ainda, o desenvolvimento da consciência da atividade e do mundo em que os sujeitos se encontram, pois

[...] ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão de sua busca em si e em suas relações com o mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e, separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica (Ibid., p. 89).

Na perspectiva da ação dialógica, sublinha Freire (Ibid., p. 166) a transformação do mundo ocorre a partir da colaboração dos sujeitos no terreno da comunicação, ao que acrescentaríamos da info-comunicação, em um diálogo que não se destina à conquista, senão ao potencialização das capacidades e qualidades de todo e qualquer ser humano enquanto indivíduo e membro de uma coletividade. Diálogo que "[...] não impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza" (Id.), antes propõe sempre a potencialização por meio da intercomunicação humana mediatizada pelo real.

Enraizada e desenvolvida a partir dos pressupostos acima, a socialização da informação, tal como vem sendo desenvolvida no escopo da Ciência da Informação, assim como a obra freireana, encontram-se vinculadas à órbita política por não se limitarem à compreensão, mas também à intervenção na realidade. A obra de Freire é concebida "[...] como **ato político**, como **ato do conhecimento** e como **ato criador**" (GADOTTI, 1996, p. 80) (grifo do autor) e se destina à libertação autêntica enquanto "[...] práxis que comporta a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo" (FREIRE, op. cit., p. 50).

4 O delineamento de uma paisagem não-positivista: o enfoque participante

Desde sua gênese, caminhos, trilhas e estratégias da socialização da informação no interior da Ciência da Informação instrumentalizam a pesquisa participante a fim de consubstanciar, ampliar e estimular seus empreendimentos.

Adotamos neste estudo a visão de Silva (1991, p. 13), para a qual o qualificativo pesquisa participante designa uma

[...] denominação genérica de estilos participativos de pesquisa considerando a existência de tendências e denominações diversificadas referentes a propostas e alternativas emergentes, como: pesquisa participante, pesquisa participativa, investigação-ação, pesquisa-ação, investigação participativa, observação participante, investigação militante, auto-senso, estudo-ação, pesquisa-confronto, etc.

Assim considerando, a autora caracteriza a pesquisa participante, abordagem metodológica adotada neste estudo, como

[...] um conjunto de estratégias de investigação que envolve a participação ativa da população na tomada de decisões referentes a uma ou mais fases de um processo de investigação, ou que simplesmente coloca os resultados alcançados para fundamentar a busca de uma nova *práxis*, cuja direção aponte rumo a mudanças nas situações de opressão em que vivem as classes subalternas (Ibid., p. 15) (grifo nosso).

A diversidade de termos, observa Brandão (1986, p. 11), faz referência, na verdade, a ações que possuem origens, práticas e inquietações quase similares, quando não similares, e **se destinariam a um fim comum**.

Apontando para a coexistência de conceitos e orientações diversificadas no interior dos estilos de pesquisa participante, Gajardo (1986, p. 7) sustenta que as mesmas, em sua ampla maioria, possuem "[...] visão crítica em relação ao estilo de desenvolvimento capitalista e dependente" predominante em grande parte da América Latina. Ancorada nessa perspectiva, a pesquisa participante objetiva **tornar a pesquisa social instrumento de desenvolvimento alternativo "[...] sustentado por uma distribuição equitativa dos bens e benefícios sociais e pela incorporação efetiva dos grupos relegados aos diversos níveis de decisão social"** (Ibid., p. 8) (grifo nosso). A pesquisa de caráter participante, cujo processo é intrinsecamente vinculado à ação e compreende um aprendizado individual e coletivo, destina-se a subsidiar práticas que permitam a "[...] tomada de decisões na esfera produtiva, o acesso ao poder e à cultura" (Id.).

A pesquisa participante vem se desenvolvendo, principalmente, no âmbito das ações sociais e educacionais dirigidas à concretização de interesses e necessidades dos segmentos populares. Concebendo-a como nova forma de conhecimento coletivo "[...] do Mundo e das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares", Brandão (op. cit., p. 9) afirma que tal modalidade de pesquisa articula meios concretos das classes e grupos adquirirem o direito e o poder de refletirem, produzirem e administrarem a utilização do saber que possuem a respeito de si. Dessa maneira, a pesquisa participante se constitui território no qual "[...] pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum" (Ibid., p. 11) cujos frutos se uniriam aos demais instrumentos voltados para as conquistas populares.

Descrevendo o que denomina pesquisa alternativa, que se encontra incluída na esfera do gênero participante, Freire (1986, p. 35) assevera que tal pesquisa é ato de conhecimento que possui como sujeitos cognoscentes pesquisadores acadêmicos e grupos populares e como objeto a realidade concreta. Importa, ainda, compreender o

caráter político da ciência e questionar permanentemente a que segmento(s) privilegia-se com o exercício de uma atividade científica.

A pesquisa de enfoque participante não se destina somente ao estudo e interpretação dos fenômenos sociais, porém, se volta para a geração de informação e de consciência crítica "[...] do processo de transformação pelo grupo que está vivendo este processo" (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1986, p. 27) a fim de que desempenhem da melhor forma possível suas ações como atores sociais. Enfatiza Gajardo (op. cit., p. 79), que as pesquisas de cunho participante

[...] tentam partir da realidade concreta dos grupos com que trabalha, baseando-se num sistema de relacionamento horizontal e antiautoritário. Utilizam mecanismos democráticos na divisão do trabalho e técnicas grupais de produção e comunicação de conhecimentos.

Embora sofram variações de acordo com o contexto sócio-político de seu acontecimento, sublinham Oliveira e Oliveira (op. cit., p. 18), as pesquisas de cunho social a respeito de classes e grupos sociais periféricos aos centros de poder alijam estes últimos, enquanto objetos de pesquisa, de qualquer participação dos resultados da pesquisa. As classes e grupos sociais assim estudados tornam-se, para o pesquisador

[...] simples objetos de estudo e pouco se lhe importa que os dados e respostas colhidos durante a pesquisa possam ser utilizados pelos que financiam o seu trabalho para melhor controlar os grupos que ameaçam a coesão social. Na verdade, os problemas estudados não são nunca os problemas vividos e sentidos pela população pesquisada. É esta população em si mesma que é pesquisada e estudada como um problema social do ponto de vista dos que estão no poder (Ibid., p. 18-19).

As várias vertentes abrigadas sob a denominação pesquisa participante apresentam enorme heterogeneidade quanto aos aspectos teóricos, metodológicos, técnicos e políticos possuindo, como principal ponto de convergência entre elas, o questionamento ao modelo positivista de ciência em sua amplamente questionável rigorosidade científica, objetividade e neutralidade.

Argumentam os teóricos das várias linhas de pesquisa participante que as pesquisas sociais não analisam apropriadamente a realidade social ao não fazerem referência à transformação das sociedades industriais. A ciência, no escopo da pesquisa participante, é concebida como possuidora de perfil classista e instrumento de dominação das classes dirigentes por tornar os grupos sociais objetos passivos e utilizar "**[...] os resultados das pesquisas sobretudo para dominação e controle dos grupos sociais subalternos**" (SILVA, op. cit., p. 140 (grifo nosso)). Concebendo a ciência como produto cultural, Borda (1986, p. 44) sublinha, ainda, que a mesma não possui valores absolutos, já que sofre variações provenientes dos interesses das classes envolvidas.

Os métodos usualmente empregados no modelo positivista de ciência se mostram

[...] não comprometidos com a idéia de ajudarem grupos sociais e organizações a encontrarem soluções práticas para seus próprios problemas, além de, por trás dos métodos empíricos e analíticos, existir interesse cognitivo de controle instrumental (SILVA, op. cit., p. 14).

A não adoção de metodologias convencionais na pesquisa participante leva alguns estudiosos a temerem o "[...] rebaixamento do nível de exigência acadêmica"

(THIOLLENT, 1994, p. 8). Esse risco, observa Thiollent, se encontra efetivamente presente como em qualquer outro tipo de pesquisa onde ocorram equívocos quanto à concepção, organização, "[...] abandono do ideal científico, manipulação política, etc." (Ibid., p. 8). A rejeição à arquitetura metodológica da ciência positivista não significa a prevalência de abordagens improvisadas e assistemáticas, porém, que a pesquisa participante "[...] implica um processo criativo, ordenado, progressivo, planejado e coerente, para que tenha êxito" (SILVA, op. cit., p. 115). Algumas vezes dominados por determinações ideológicas, os estilos de pesquisa participante devem se acautelar para que o repúdio ao cientificismo não conduza ao desconhecimento da pesquisa científica que os tornaria permissivos à manobras ideológicas.

A participação, característica essencial da pesquisa participante, tem sido alvo de inúmeras controvérsias. Questiona-se a conotação ideológica que reveste o aspecto participativo da pesquisa, o qual pode ser transformado, por um lado, em manipulação e, por outro, em simples ativismo. A questão referente à participação, adverte Silva (Ibid., p. 121), necessita de maior explicitação e aprofundamento.

Inúmeras críticas dirigidas aos estilos de pesquisa participante dizem respeito aos "[...] vazios teóricos e à imprecisão conceitual" (GAJARDO, op. cit., p. 83) que muitas vezes se abrigam sob o manto da exacerbação político-ideológica, não permitindo diferenciar práticas participantes de pesquisa das demais ações que se dão na sociedade. Tal fato conduz a duas vertentes críticas, a "[...] primeira que diz respeito à natureza da ação e a outra que a comunidade científica denomina falta de rigor científico" (Id.).

Dos obstáculos e limites da pesquisa participante apontados por Silva (op. cit., p. 146), destacamos a imprecisão quanto ao conceito de transformação social, a idolatria da sabedoria popular, ênfase antiteórica, além do

[...] caráter localizado das práticas de pesquisa participante que possibilitam ganhos em intensidade, mas perdem em poder de generalização, dificultando a definição de canais que possam aglutinar essas práticas e relacionar o saber específico, localmente produzido, com conhecimento mais geral.

Embora reconhecendo a pertinência das críticas precedentes, acreditamos que os estilos de pesquisa participante têm o indispensável potencial para aprimorar seus arcabouços teóricos, metodológicos e práticos. Por outro lado, ao assumir postura social e política de tornar o empreendimento científico disponível às classes populares, de modo a capacitá-las para operar transformações frente às estruturas sócio-políticas e econômicas dominantes, a pesquisa participante, ainda que repleta de contradições e paradoxos, mostra-se eficiente "[...] instrumento de apoio a mudanças que possam impulsionar aqueles grupos ou organizações que tradicionalmente têm sido marginalizados dos benefícios e das decisões sociais" (Ibid., p. 159). A pesquisa de caráter participante configura-se, ainda, a nosso ver, um canal de diálogo entre a ciência positivista e as experiências culturais populares que podem resultar em solo fecundo para possíveis rupturas em ambos os horizontes.

5 Considerações Gerais

Tal como apresentada nos parágrafos anteriores, a socialização da informação como especialidade da Ciência da Informação, evidencia suas dimensões política e ideológica. Tais dimensões, presentes também na ciência praticada na academia, não invalidam sua

proposta de construção de um processo info-comunicativo no qual emissores e receptores são posições horizontalmente inter-cambiáveis e voltados para a concretização das esperanças e necessidades coletivas e individuais.

A socialização da informação, entretanto, não se configura de *per se* instrumento de transformações, podendo mesmo se tornar mais um mecanismo de produção de imobilismo e manutenção da sociedade de classes caso reproduza os cânones da ciência capitalista. Ela somente se tornará fator de transformações efetivas quando vivenciada pelos sujeitos informacionais de maneira crítica. Ou seja, quando potencializar e qualificar os sujeitos informacionais para a transformação dos quadros das sociedades capitalistas. No âmbito das instituições, principalmente as de caráter científico, a socialização da informação contribuiria para delinear mais nitidamente as sutilezas coercitivas das representações capitalistas. Por outro lado, considerando que, na perspectiva histórica capitalista, grande parte das instituições são instrumentalizadas como produtoras e reprodutoras de desigualdades de toda ordem, a socialização da informação mostrar-se-ia um dos caminhos possíveis para a estruturação dos *loci* dirigidos à modificação de tais espaços como monopólio e propriedade exclusiva de saberes e grupos ou classes dominantes.

Abstracts

Proposes the socialization of information notion as a resource that can contribute to increase the social function of information. Analyses the genesis of socialization of information considering it a Science Information speciality which can increase and democratize the conditions of production and dissemination of information.

Keywords

**SOCIALIZATION OF INFORMATION
INFORMATION PRODUCTION AND DISSEMINATION
PARTICIPATING FOCALIZATION**

REFERÊNCIAS

BORDA, Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 32- 56.

BORNHEIM, Gerd A. *Dialética: teoria, práxis; ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética*. Porto Alegre: Globo, 1977. 340 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, 211 p.

CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin, BRAGA, Gilda Maria. Ciência da Informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural (Sobre "A ciência e seu público" de Léa Velho: um ponto de vista de Ciência da Informação), *Transinformação*, v. 9, n. 3, p. 33 - 45, set./dez.1997.

_____. *Socialização da informação: desenvolvimento de metodologias para a sua efetivação. Estudo aplicado às áreas de Ciência da Informação e Saúde. Projeto Integrado de Pesquisa. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Ciência da Informação; Convênio CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, 1994.*

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra: In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184 p.

GAJARDO, Marcela. *Pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 94 p.

GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 149-166

GERHARDT, Heinz-Peter. Uma voz europeia: arqueologia de um pensamento. In: GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 149-166

GUIMARÃES E SILVA, Junia; MARINHO JUNIOR, Inaldo Barbosa. Socialização da Informação : aportes da teoria da ação comunicativa. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 333, p. 466-472, set./dez., 1996.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 275 p.

MAGALHÃES, Vera Sílvia A. Práxis. In: *Dicionário de Ciências Sociais*. v. 1, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editoras Moraes, 1984. 119 p.

NORA, S., MINC, A. *L'informatisation de la société*. Paris: La Documentation Française, 1978. 162 p.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 13-39

SILVA, Maria O. da Silva e. *Refletindo a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991. 195 p.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 108 p.

TORRES, Carlos Alberto. A voz do biógrafo latino-americano. In: GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 117-148